

1 **ATA DE POSSE DOS MEMBROS DA COMISSÃO**
2 **INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA**
3 **GESTÃO BIÊNIO 2016/2018.**

4 No dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no auditório da
5 Secretaria da Educação do Estado da Bahia, no Centro Administrativo da
6 Bahia, a partir das nove horas, realizou-se a reunião de cerimônia de posse
7 dos membros que integrarão a Comissão Interinstitucional de Educação
8 Ambiental – CIEA, para gestão biênio 2016/2018. Mariana Mascarenhas
9 saudou a todos e deu início a Posse dos membros. Convidou para compor a
10 mesa: Lucimeire Passos, representante do Instituto Mata de Cipó pela
11 Sociedade Civil, gestão anterior, Fábio Barbosa representante da Secretaria da
12 Educação (SEC) e Luiz Ferraro representante da Secretaria do Meio Ambiente
13 (SEMA). Em seguida, houve a execução do Hino da Bahia. Passou a palavra a
14 Lucimeire Passos, que falou sobre o período de transição, os seus sentimentos
15 com relação às atividades desenvolvidas na Comissão, destacando que se
16 tratava de um aprendizado em família. Disse que os trabalhos são vistos
17 quando retornam às suas localidades. Fábio Barbosa comentou que a fala de
18 Lucimeire Passos demonstrou a essência do que era a CIEA constituídas de
19 representações da Sociedade Civil e Governo, mas de modo geral existia uma
20 convergência muito comum, a luta em prol da sustentabilidade e da educação
21 ambiental no Estado. Acrescentou que se tratava de um espaço de construção
22 coletiva. Ressaltou aos novos membros e aos que estavam retornando que,
23 além de entender o processo, deverão principalmente reconhecer a
24 participação da CIEA, em alguns processos importantes, que norteiam a
25 educação ambiental no Estado, dentre eles o próprio processo de construção
26 da política estadual que teve como ponto de partida a criação desse Colegiado.
27 Destacou o processo de construção da minuta da Resolução do Conselho
28 Estadual de Educação que propõe a normatização da Educação Ambiental nas
29 Escolas Estaduais. Registrou a existência da fragilidade a ser enfrentada, no
30 sentido de se pensar numa estratégia de fortalecimento, promoção e
31 estruturação no seio da educação ambiental. Manifestou boas-vindas aos
32 membros que permaneceram e aos novos. Falou da importância do espaço
33 das reuniões ser bem utilizado. Luiz Ferraro parabenizou a todos os eleitos.
34 Ressaltou que era importante refletir um pouco sobre o lugar na Educação
35 Ambiental e da CIEA para que possa aproveitar bem os dois anos de gestão.
36 Registrou o seu afastamento de inúmeras atividades relacionadas a Educação
37 Ambiental compreendendo que os trabalhos estavam sendo de forma
38 introspectivo. Citou que várias questões que dão respostas muito infelizes, para
39 as perguntas certas, que gerarão danos muito maiores. Chamou a atenção que
40 era preciso participar de construções de respostas melhores. Contudo,
41 acreditava que educação ambiental era uma das estratégias e funções mais
42 importantes para fazer cumprir na vida de cada um. Citou a baixa mobilização
43 da sociedade com relação a PEC 55. Destacou que, a CIEA era um espaço de
44 construção da política com toda sociedade. Registrou que a SEMA estaria
45 disponível para apoiar a todos. Em seguida, foi feita a leitura e a entrega dos

46 Termos de Posse aos membros: Joás Brandão Souza representando a região
47 Chapada Diamantina, Grupo Ambientalista de Palmeiras – GAP; Vanessa Brito
48 Silveira Cardoso representando a região Metropolitana de Salvador,
49 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Bernadete Rocha
50 Simões representando o Território Bioma Caatinga, Instituto Bonfinense Meio
51 Ambiente e Educação Ambiental – UMBU; Jorge Luiz Farias Silva
52 representando o Território Bioma Mata Atlântica, Associação Beneficente das
53 Famílias de Crianças Carentes – ABENFAC; Vanilton de Jesus Santos
54 representando o Território Bioma Cerrado; Matilde Pereira Gonçalves
55 representando o Território Mata Atlântica, Associação de Moradores e Amigos
56 de Massarandupió; Edimilson dos Santos Nascimento, representando o
57 Território de Bioma Caatinga; Solange, representando o Ensino Básico da
58 Secretaria de Educação; Lara Moreno Oliveira Fagundes de Souza,
59 representando a Secretaria do Meio Ambiente; Fábio Fernandes Barbosa,
60 representando a Secretaria da Educação; Zanna Maria Rodrigues de Matos,
61 representando a Secretaria do Meio Ambiente; Ana Cláudia Oliveira de Jesus
62 Magalhães, representando a Instituição Pública de Ensino Básico; Jaqueline
63 Errico, representando a Organização Patronal FAEB; Sara Guimarães Reis,
64 representando o município de Rio de Contas; Moacir Santos Tinoco,
65 representando as Universidades Particulares, UCSAL; Marina Rodrigues
66 Alonso, representando a Prefeitura de Camaçari; Marcos Rogério Beltrão dos
67 Santos, representando os Povos Indígenas; Manoel Ailton, representando as
68 Comunidades Terreiro e Quilombola; Celeste Simões de Jesus e Liana Mendes
69 Ramos, representando a Secretaria de Diretos Humanos e Desenvolvimento
70 Social; Nailton Souza Almeida, representando o Território Bioma Cerrado,
71 Prefeitura Municipal de Barreiras; Eli Oliveira Rocha Pimenta, representando a
72 Secretaria do Planejamento; Arruda, representando a Secretaria da Educação.
73 Por fim, Mariana Mascarenhas agradeceu a todos. Colocou que, ainda na parte
74 da manhã, conforme a programação, teria uma conversa e uma dinâmica com
75 o tema: *dinâmica organizacional e logística da CIEA*. Informou que coordenava
76 a Secretaria Executiva dos Colegiados do Meio Ambiente vinculados a SEMA.
77 Colocou que, todos estavam de posse do Regimento Interno da Comissão que
78 orienta o funcionamento desse Colegiado, além de outros documentos.
79 Ressaltou que a CIEA reúne representantes da Sociedade civil, do Poder
80 Público Estadual, Federal e Municipal com a finalidade de colaborar com a
81 construção de estratégias e implementação da política de educação ambiental.
82 Destacou que a Comissão tem um funcionamento um pouco diferenciado dos
83 Conselhos. Disse que, nos últimos anos após a formação da CIEA a Secretaria
84 Executiva – SECEX vinha sendo exercida pela SEMA sendo que, por uma
85 série de razões, ocorreu uma reformulação; a SECEX continuará
86 desempenhando alguns papéis próprio de suas atividades, dentre elas as
87 questões de execução financeira; propõe-se que a coordenação da CIEA
88 acompanhe a comunicação, esclarecimentos, bem como as dúvidas dos
89 membros, ou seja, dividir as atribuições. Registrou que, durante o processo
90 eleitoral, várias questões foram pontuadas carecendo de uma série de ajustes
91 e adequações. Falou sobre o envolvimento dos membros que não faziam parte
92 da coordenação. Informou que o Órgão Gestor da Política Estadual de

93 Educação Ambiental formado pela Sema e a SEC responsável pela
94 implementação da política estava realizando algumas reuniões com objetivo de
95 melhorar essa relação. Foi entregue uma pasta com alguns materiais para
96 conhecimento, destacando a lista da composição, para efeito de contato e uma
97 conversa entre os pares. Foi proposto um calendário para realizar as reuniões,
98 previstas para os meses de abril, julho, setembro e novembro. Dentro dos
99 procedimentos utilizado, através do sistema operacional da SECEX, Mariana
100 Mascarenhas falou sobre a importância da apresentação dos bilhetes de
101 passagens, por parte dos membros que representam a sociedade civil e
102 utilizam esse recurso para efeito de deslocamento. Passou a palavra a Rosa
103 para realizar a dinâmica. Os participantes falaram sobre suas expectativas e o
104 seu papel na Comissão. Ana Claudia falou sobre a inexistência da
105 aplicabilidade em educação ambiental interdisciplinar. Em seguida, Rosa
106 concluiu registrando que todos colocaram reflexões em comum, destacando a
107 questão da participação. Por fim, colocou que os membros construíram o papel
108 do qual todos esperam para essa Comissão. Zanna Matos comentou, sobre os
109 acordos de convivência, em função do bom funcionamento da CIEA; ressaltou
110 que, para essa gestão, o papel da coordenação com relação a algumas
111 questões operacionais assumidas será partilhado com os membros, a exemplo
112 da revisão de ata e do sistema de comunicação. Disse que contará com o
113 apoio administrativo e operacional da SECEX/SEMA. Registrou que a
114 coordenação era formada por três representantes: da SEMA, SEC e da
115 Sociedade Civil que deverá escolher sua representação entre os pares. Falou
116 sobre o material que foi distribuído, contendo várias publicações desenvolvidas
117 e acompanhadas pela CIEA, destacando o Decreto que regula a concessão de
118 diárias do Estado e alguns procedimentos que devem ser adotados e atendidos
119 dentro do prazo estabelecido. Fábio Barbosa fez um breve esclarecimento
120 sobre o processo de eleição que ocorreu, em parte, de forma virtual, mas isso
121 não inviabilizou o resultado. Colocou que, além da coordenação, serão
122 assumidas algumas atribuições que eram de competência da Secretaria
123 Executiva. Após intervalo para o almoço, deu-se início a sessão no turno
124 vespertino, a partir das quatorze horas. Fábio Barbosa falou sobre a dinâmica
125 de funcionamento durante as duas gestões anteriores (2012/2014), sendo
126 reconduzido para 2016, um pouco das atividades que foram realizadas pelo
127 órgão gestor com a participação da CIEA. Zanna Matos apresentou um resumo
128 histórico da CIEA e produtos desenvolvidos desde a criação em 2004, que teve
129 como objetivo propor diretrizes para elaboração da Política Estadual de
130 Educação Ambiental e seus instrumentos. Em 2005, ocorreu o primeiro
131 Encontro Nacional das CIEA'S. Em 2006/2007, a Bahia começou a construir
132 um Termo de Referência para apresentar um diagnóstico das ações de
133 educação ambiental do Estado da Bahia. A partir de 2008 e 2009, a
134 organização da CIEA foi evoluindo para construção da política, iniciaram as
135 consultas públicas através de Seminários em cada Território. No final de 2009,
136 elaborou-se a minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental. Registrou que
137 após finalizar essa minuta, iniciou-se a construção do Programa de Educação
138 Ambiental - PEA. Em janeiro de 2011, foi publicado a Política Estadual de
139 Educação Ambiental. Em 2010, foi lançado a primeira edição do PROEASE.

140 Em 2011, foi instituído o órgão gestor coordenado pelas Secretarias do Meio
141 Ambiente e Educação, cuja composição é dos secretários. Nesse mesmo ano
142 foi realizada a Conferência Estadual de Meio Ambiente. Em 2012, foi publicado
143 a segunda edição do PEA. Nesse mesmo ano, foi revisado o Regimento
144 Interno com readequação dos membros. Em 2008 e 2013, foi realizada a
145 Conferência Infância Juvenil do Meio Ambiente. Em 2013 e 2014, foi instituído
146 um grupo de trabalho para elaboração da minuta do Decreto de
147 regulamentação da Lei. Em 2014, a Câmara Técnica de Licenciamento e
148 Regulamentação iniciou os trabalhos para elaboração da minuta de Resolução
149 para aplicação de condicionantes de educação ambiental no licenciamento;
150 realizou-se o seminário comemorativo aos dez anos de existência da CIEA. Em
151 2015, participou do lançamento do Selo CONVIDAS; elaborou a minuta de
152 Resolução do Conselho Estadual de Educação Ambiental que normatiza a
153 educação ambiental no sistema de ensino. Essa resolução estava em
154 tramitação. Vanilton Santos questionou: se não seria interessante fazer uma
155 discussão entre os Colegiados Territorial, Comitês e Câmaras Técnicas para
156 dialogar com os municípios. Fábio Barbosa esclareceu que, quando se fala de
157 Escola e sistema de ensino, existem alguns marcos, a própria LDB com a
158 alteração que foi proposta pela Lei de prevenção de desastre ambiental, foi
159 incluído a educação ambiental, isso aconteceu em 2012. Também, foi feito um
160 movimento similar pelo Conselho Nacional de Educação quando publicou as
161 diretrizes curriculares para educação ambiental, ou seja, outro documento que
162 orienta como se deve implementar a educação ambiental no ensino básico ou
163 superior. Pontuou que a Recomendação nº 01 da CIEA apresentava um pouco
164 dessa provocação, então, a obrigatoriedade por parte dos municípios não
165 existia, o que existe como obrigatoriedade era a política nacional. Sugeriu a
166 Comissão verificar todos os pontos, as demandas e deliberações dessa
167 Comissão para identificar os instrumentos pendentes a ser trabalhados. Citou a
168 proposta de criação da disciplina de educação ambiental, assim como ficar
169 atentos com o que está ocorrendo com os Territórios nas discussões em
170 âmbito Nacional. Com relação ao processo de Conferência não existia nada
171 garantido, essa situação requer uma manifestação das CIEA'S. Bernadedth
172 Simões comentou: com relação as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental
173 e Meio Ambiente conjunta nos Colegiados Territoriais ocorreram algumas
174 conversas nos Territórios de Identidade. Zanna colocou que a proposta era
175 para que, cada um representante de Território possa ampliar os seus debates.
176 Voltando a falar sobre os produtos da CIEA, ressaltou que em 2015 ocorreu a
177 segunda edição do PROEASE. O ano de 2016, foi voltado para o processo de
178 renovação dos membros para gestão biênio 2016/2018, além da participação
179 de vários eventos. Relatou que na última gestão, constituiu-se cinco Câmaras
180 Técnicas cujas reuniões eram estabelecidas se houvesse conteúdo pertinente
181 a essa Câmara. Para primeira reunião de 2017, propõe-se avaliar essa divisão.
182 Sara Reis ressaltou a importância da Câmara Técnica Agenda 21 fazendo
183 referência a questão do planejamento de desenvolvimento sustentável nos
184 municípios. Fábio Barbosa comentou que a questão da funcionalidade das
185 Câmaras dependia muito do cenário. Fez referência com relação a não
186 Inclusão da educação ambiental nos planos estaduais e municipais que

187 estavam sendo elaborados na época. Marcos Rogério: citou a questão das
188 mudanças climáticas, bem como os impactos dos empreendimentos sobre as
189 comunidades tradicionais. Manoel Ailton: comentou se não seria interessante
190 criar uma Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos para acompanhar
191 esse processo de construção dos planos de bacias no âmbito da educação
192 ambiental. Zanna Matos mencionou que o assunto colocado por Manoel Ailton
193 poderá ser convertido para Câmara Técnica de Água. Sugeriu a construção de
194 um documento de Recomendação para criação de Câmaras Técnicas de
195 Educação Ambiental nos Comitês de Bacias nesse processo de orientação e
196 acompanhamento, devendo ser apresentado ao Conselho Estadual de
197 Recursos Hídricos – CONERH. Marcos Rogério: falou sobre a necessidade de
198 organizar a composição das Câmaras e chamou a atenção com relação as
199 vacâncias. Zanna Matos passou a palavra a Kitty Tavares para falar um pouco
200 sobre a representação no Colegiado. Kitty Tavares falou que nesse processo
201 de gestão participativa deve-se compreender como funcionam os movimentos,
202 como pode se fortalecer e se unir para participar do sistema. Dentre outras
203 atribuições, o DEAMA que tem a responsabilidade de trabalhar um programa
204 de formação (FORMAR), coordena o Programa de Gestão ambiental
205 compartilhada que dar apoio e suporte aos municípios para fazer essa gestão.
206 Registrou que foram elaborados, aproximadamente trinta cursos presenciais,
207 baseado no contrato firmado com a Fundação Luiz Eduardo com um número
208 maior de participantes municipais. Com relação aos cursos elaborados para os
209 Comitês de Bacias, com recursos do FERHBA, tiveram pouca participação,
210 mesmo garantindo os custeios das despesas de deslocamento, hospedagem e
211 outros. Falou sobre a proposta dos Cursos de gestão de conflitos e gestão
212 participativa. Esclareceu de forma breve o funcionamento dos Colegiados, dos
213 Fundos, Fóruns e respectivas Câmaras Técnicas criadas dentro de cada
214 Colegiado. Fez observações quanto as demandas que deverão ser
215 provocadas, sobretudo, para fortalecimento dos Colegiados e respectivas
216 Câmaras. Com isso, considerava que a CIEA deve ter mais visibilidade.
217 Ressaltou a necessidade extrema de se manter um diálogo entre os sistemas,
218 a exemplo do SISEMA e SEGERH. Matilde Gonçalves, comentou sobre a falta
219 de comunicação e mobilização por parte do Conselho Gestor de Unidade de
220 Conservação e a Prefeitura se referindo a Prefeitura do Município de Conde e a
221 APA Litoral Norte.

222

223 **OBSERVAÇÃO: A GRAVAÇÃO FINALIZOU, NÃO HOUE DESFECHO ????**

224 **Membros participantes:**

225 Zanna Maria Rodrigues Matos – Sema

226 Iara Morena Oliveira Fagundes e Souza- Sema

227 Fábio Fernandes Barbosa – SEC

228 Duwillami Embirassu de Arruda – SEC

229 Ely de Oliveira Rosa Pimenta – Seplan

- 230 Liana Mendes Ramos – SJDHDS
- 231 Celeste Simões de Jesus – SJDHDS
- 232 Marina Rodrigues Alonso – Prefeitura de Camaçari
- 233 Vanessa Britto Silveira Cardoso – Abes
- 234 Bernadedth S. Rocha Simões – Umbu
- 235 Jorge Luiz Farias Silva – Abenfac
- 236 Matilde Pereira Gonçalves – Amam
- 237 Joás Brandão Souza – Gap
- 238 Marcos Rogério Beltrão dos Santos – Povos e Comunidades Tradicionais
- 239 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – Povos e Comunidades Tradicionais
- 240 Edimilson dos Santos Nascimento - \Território Bioma Caatinga
- 241 Vanilton de Jesus Santos – Bioma Cerrado
- 242 Sara Maria Guimarães Reis – Rebal
- 243 Jaqueline Errico – Faeb
- 244 Moacir Santos Tinoco – Ucsal
- 245 Solange Alcântara Neves da Rocha – Cemitec
- 246 Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães – Colégio Estadual Vila de Abrantes
- 247 **Secretaria Executiva:**
- 248 Mariana Mascarenhas
- 249 Marília Nunes Gavazza
- 250 Roberta Carvalho Santana
- 251 Laís Reis Galvão
- 252